

ACTA N.º 4/2012**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2012**

Aos vinte e cinco dias do mês de Junho de dois mil e doze, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de S. João da Pesqueira, por convocatória do senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel António Natário Cordeiro, de treze de Junho de dois mil e doze, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO 1 - Apreciação da Atividade Municipal;

PONTO 2 - Análise, discussão e votação do Regulamento Municipal de Uso do Fogo;

PONTO 3 - Análise, discussão e votação da Redução de Taxas – Licença de Ocupação e Utilização nas Feiras;

PONTO 4 - Análise, discussão e votação da Proposta de Votação à Associação para o Desenvolvimento da Rede das Aldeias Vinhateiras – Douro e aprovação dos Estatutos.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão e lembrou aos presentes que ali assistiam que, querendo, poderiam intervir na mesma no período reservado ao público, mediante prévia inscrição na mesa.

Procedeu, depois, à chamada de todos os membros da Assembleia Municipal, verificando-se a ausência dos senhores Cátia Filipa Soares Monteiro Santana e Luís Mateus Pereira, que justificaram a sua falta, tendo-se apurado, assim, o quórum necessário para que a sessão pudesse legalmente funcionar, com a presença de vinte e sete membros.

Período Antes da Ordem do Dia

O senhor Presidente da Assembleia Municipal iniciou este período informando mais uma vez que toda a correspondência recebida é arquivada na secretaria, aí estando disponível a todos para consulta. Deu conhecimento, depois, de dois ofícios recebidos, os quais poderão ser consultados na secretaria, da Federação Nacional de Professores, relativo aos anunciados Mega Agrupamentos de Escolas, e outro do PCP referente à situação grave que o Douro atravessa, questionando a Comissão das Comunidades Europeias sobre as estratégias que existem para o Douro e propondo a criação de um fundo de emergência. Informou ainda ter recebido da Assembleia Municipal de Trancoso cópia de uma sua deliberação que repudia as portagens na A23 e A24. De seguida solicitou aos membros eleitos em representação da Assembleia Municipal nas diversas entidades e comissões que informassem a Assembleia das atividades das mesmas.

Começou por informar o senhor Presidente da Assembleia Municipal que a Assembleia Distrital de Viseu não reuniu desde fevereiro.

O senhor Luís Pereira informou que a Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Douro, da qual faz parte com os senhores Manuel Cordeiro e Alberto Silva Fernandes, também não reuniu.

Quanto à Comissão de acompanhamento da revisão do PDM, o senhor Presidente da Assembleia comunicou que os técnicos envolvidos estão a trabalhar na componente mais técnica e cartográfica para a revisão do PDM.

Relativamente à Comissão Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios, o senhor António Balça informou ter esta reunido no dia treze de junho a pedido da entidade responsável pelas linhas de transporte e distribuição de Energia Elétrica, para a avaliação de intervenção da limpeza de faixas, tendo sido dado parecer favorável para a respetiva limpeza, ficando decidido a colocação de editais nas freguesias.

Na Comissão Municipal de Toponímia o senhor Norberto Vieira disse não ter havido qualquer reunião.

O senhor António Froufe Bastos da Comissão da Proteção Civil disse que a mesma também não reuniu.

Quanto ao Conselho Cinegético Municipal, o senhor Adelino Nascimento Lopes, informou que não reuniu.

No Conselho da Comunidade do ACES Douro Sul, o senhor Luís Paíga comunicou não ter existido reunião.

O Conselho Municipal da Educação também não reuniu, comunicou o senhor António Vicente.

Quanto ao Núcleo Social de Inserção, o senhor Manuel Martins informou que este núcleo reúne todos os meses, mas não havia nada de novo a apresentar à Assembleia.

O senhor Presidente da Mesa questionou os presentes sobre a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, o que foi unanimemente aceite pelos presentes. Foi, depois, o conteúdo da mesma posto à votação, tendo sido aprovada pela maioria com vinte e um votos favoráveis e com a abstenção dos senhores Eduardo Manuel Dâmaso Frederico, Alberto Júlio da Silva Fernandes, Sandra do Céu Sandar Baptista Clemente Sequeira, Cátia Filipa Soares Monteiro Santana, Ana Maria Barbosa de Bessa Fonseca, António Domingos Brites Aguiar, Artur Jaime Costinha e Álvaro Augusto da Costa, por não terem estado presentes na reunião.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou, logo depois, abertas as inscrições para intervenção neste período de Antes da Ordem do Dia, concedendo a palavra por ordem de inscrição.

O senhor Vladimiro da Silva iniciou a sua intervenção referindo alguns problemas, que neste momento, o nosso concelho está a atravessar, que é necessário agir e não passar ao lado deles, um dos quais o Tribunal, a Saúde e o Agrupamento Escolar, que não há aqui nada que represente a agricultura, os produtores de vinho. Reforçando que sempre que há problemas nós estamos presentes, mas é necessário afirmarmo-

nos, que quem é eleito deve tomar decisões. Quanto à questão do tribunal que vai agora para a Assembleia da República, de onde sairá a decisão que pode ou não agradar ou não se passar rigorosamente nada. Os Deputados de Viseu têm obrigação de defender o distrito de Viseu, o mais atingido. Que deve ser dito nesta Assembleia o que se passou na reunião entre os nossos representantes e a senhora Ministra. É preciso fazer alguma coisa. Nós temos uma população com dificuldades, com a gente jovem a sair para o estrangeiro ou para outras zonas do país. Reforçou mais uma vez que os Deputados devem vir aqui dizer o que se está a fazer. As pessoas que vivem aqui têm que ter garantias. Terminou dizendo que quem for eleito tem que ter força de vontade para levar o concelho para a frente.

O senhor António Balça referiu o problema das escolas, nomeadamente o fecho da escola da sua freguesia, mostrando também a sua preocupação em relação aos Mega Agrupamentos, e que se fala na deslocalização para Moimenta da Beira, que mais ano menos ano estariam todos a correr para Moimenta da Beira para tratar de qualquer problema, com a situação do Tribunal, a Unidade de Saúde que já lá está e agora as escolas. Referiu também a situação da reorganização administrativa das freguesias, tendo-se classificado erradamente a freguesia de S. João da Pesqueira como Rural, e que teríamos outras possibilidades se fosse classificado de urbana, mas nestas condições seremos agregados no mais curto espaço de tempo. Informou o Executivo que algumas mães do Castanheiro o tinham abordado para saber se a escola iria ou não encerrar e que lhes tinham dito que a escola só fecharia se a senhora Vereadora quisesse, pois estava nas suas mãos o encerramento da mesma. Questionou o Executivo quanto a esta situação. Disse ainda que teve conhecimento de algumas reuniões entre Paredes da Beira e Riodades relativamente a este assunto, mas que não tinha sido convocado para as mesmas e que gostava de ter sido delas informado. Referiu ainda uma notícia vinda no jornal da região sobre o descontentamento dos autarcas relativamente à tomada de posição do Secretário de Estado no que se refere à região do Douro, que foi feita uma Moção nesta Assembleia que certamente não surtiu efeito, que gostaria de ser informado sobre este assunto.

O senhor Joaquim Monteiro referiu-se à noite de S. João mostrando o seu desagrado pela não participação das freguesias, e que este ano nas marchas de S. João estiveram em destaque as freguesias da Pesqueira, Ervedosa e Nagoselo. Que a política dos subsídios não estava muito correta. No ano anterior Trevões tinha recebido dezassete mil e quinhentos euros, o equivalente ao recebido para obras em algumas freguesias e este ano não esteve presente, assim como Soutelo do Douro, que lamentava que de catorze freguesias só três estivessem representadas. Que se devia fazer um trabalho junto das Associações para que houvesse maior representatividade. Mostrou também a sua preocupação relativamente ao Agrupamento de Escolas, pois que já se fala num Mega Agrupamento em Moimenta da Beira e que o Executivo

deve tomar providências para se informar da situação e poder assim evitar que o mesmo aconteça. Deve fazer-se alguma coisa, ir para a rua, ir a Lisboa e não ficar à espera que as coisas aconteçam. Relativamente ao Tribunal, a população de S. João da Pesqueira não sabe de nada, contrariamente a outros concelhos como Alijó que já tem a informação que o Tribunal se mantém aberto e Mondim de Bastos onde o Presidente da Câmara envolveu a população na luta contra o encerramento do mesmo. Os Pesqueirenses não têm qualquer informação sobre como estão a decorrer as negociações, as pessoas têm o direito de ser informadas. Referiu também a sua preocupação quanto ao problema do Douro o qual é muito preocupante. A Associação dos Exportadores querem privatizar o Instituto. O IVDP deve estar ao serviço do agricultor. A aguardente vai subir entre um euro e um euro e meio e vão refletir isso no preço que vão pagar ao agricultor. Estas medidas vão ser muito prejudiciais para os agricultores. Há uma série de medidas que estão pendentes e que podem ser muito prejudiciais para a região da Pesqueira, pois vivem do vinho e da vinha. Reforçou que se está a chegar às vindimas e que há muita gente que não vai ter dinheiro para mandar cortar as uvas. Realçou que o Poder Local deve arranjar estratégias para ajudar as pessoas. Deve existir articulação entre as entidades locais para se poderem resolver os problemas dos agricultores que se encontram em situação tão difícil.

O senhor Eduardo Frederico disse que no seguimento da intervenção do senhor Vladimiro o que está em causa é relevante para o concelho de S. João da Pesqueira, que é necessário deixar de lado interesses, pretensões pessoais e políticas que possam existir e unir esforços para se conseguir alguma coisa e não continuar a perder regalias que tivemos no passado. No concelho da Pesqueira havia serviços do Ministério da Agricultura e já não há, havia o serviço de saúde e também já não há, poderá perder-se o Tribunal, as Finanças e quem sabe no futuro o Executivo porque desapareceu o concelho. É necessário anteciparmo-nos aos problemas. Este executivo é da cor do governo, devia estar informado e prevenir as situações unindo esforços em conjunto com outros municípios do distrito de Viseu, movimentar as populações mobilizando-as para as dificuldades e para os problemas com que o governo nos confronta. O que estão a fazer é acabar com o concelho da Pesqueira. Reafirmou que se continuarmos a não fazer nada por esta terra, passando apenas por conversas com o senhor Secretário de Estado ou com o senhor Ministro nada conseguiremos. Temos que ser duros, crus e não podemos ser cegos. Devemos mostrar que os residentes desta terra não podem aceitar tudo o que vem de Lisboa. A população está a envelhecer e mais necessidade tem da proximidade destas estruturas. Lembrou mais uma vez que compete ao Executivo responder às questões que ficaram em aberto na última reunião do dia oito e informar a Assembleia sobre o que foi fazer a Lisboa e o que ficou decidido, os compromissos do encerramento ou não do Tribunal. Houve movimentações nos concelhos limítrofes de Alijó e Vila Flor e conseguiram em duas

semanas inverter a situação. Questionou o Executivo sobre quais os critérios estabelecidos para nos colocarem fora da manutenção da Comarca, que se deve comparar o que foi feito aqui e o que fizeram os outros para conseguirem bons resultados. Questionou o senhor presidente sobre que estratégias tem para inverter a situação, que ações pensa realizar junto da população para a mobilizar e para a movimentar se for necessário, que caderno reivindicativo é que apresentou ou tenciona apresentar ao governo para se ganhar alguma coisa.

O senhor António Bastos começou por referir-se à festa de S. João, nomeadamente no que diz respeito ao fogo de artifício alertando o município para que não procedesse ao lançamento do fogo no local onde foi lançado, pois já no ano transato se queimou uma criança e este ano se repetiu a mesma coisa, que este não é o sítio adequado para o efeito e que também se concentra muito fumo junto à Câmara Municipal incomodando as pessoas que estão a assistir.

O senhor Fernando Pereira referiu a última Assembleia sobre o encerramento do tribunal dizendo que é necessária uma estratégia, definir rumos, definir formas de luta, mas tudo isto deve ser feito não à posteriori, mas à anteriori. Que não se deve dizer que temos de lutar, mas dizer como o vamos fazer. Lembrou que estamos em risco de perder o Tribunal e que acredita nos trabalhos que estão a ser desenvolvidos para inverter esta situação, mas devemos ser todos a defender o mesmo ideal e arranjar alternativas. Têm que se juntar esforços, é difícil lidar com esta gente e chegar a Lisboa. Isto consegue-se nos bastidores. Relativamente aos Mega Agrupamentos idealizados com cerca de três mil alunos já há muito tempo, a maioria dos nossos concelhos não chega aos mil alunos e seria uma deslocalização dos nossos jovens para outros concelhos. Devemos começar já a trabalhar neste sentido, combater o abandono escolar criando infraestruturas e condições para que isto não aconteça. Com esta situação estão-nos a tirar as estruturas e as condições, temos que fazer já alguma coisa é preciso pensar nas consequências que vão resultar e como as podemos combater. Lançou o desafio para se pensar como se podem combater todos estes problemas e começar desde já a fazê-lo. Referiu o discurso da senhora Ministra da Justiça onde ela indica como pontos fundamentais para esta reforma a proximidade e melhor justiça. Como é possível, se fecha cinquenta e quatro tribunais e abre vinte e sete extensões, onde está a proximidade. Lamentou a falta de informação sobre o estado do trabalho por parte da Comissão mandatada por esta Assembleia sobre a Administração Autárquica. Questionou se o estudo vai ser disponibilizado ou não para a reunião já agendada para dentro de quinze dias, dizendo que temos o direito de saber o conteúdo deste estudo. Era importante que a Comissão se pronunciasse para quando prevê entregar esse estudo para poder ser discutido e votado em consciência. Referiu mais uma vez uma sugestão dada, nomeadamente a realização de um referendo. Vindo de encontro às intervenções anteriores onde diziam que era necessário mobilizar as populações, é necessário que

as populações tomem conhecimento do que está a acontecer e chamar a população a pronunciar-se em assuntos tão importantes quer seja no que diz respeito à justiça, no que diz respeito aos tribunais, no que diz respeito à sua sede de freguesia. Nada melhor do que um referendo para o efeito, pois um referendo não é só responder a uma ou duas perguntas, exige uma preparação, exige uma divulgação e informação. Questionou ainda a comissão para saber se está a pensar fazer um referendo.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para responder aos senhores membros da Assembleia intervenientes neste período.

O senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que entende as preocupações de todos os intervenientes. Informou que no que diz respeito ao trabalho que se está a desenvolver quanto ao Tribunal não estão a trabalhar sozinhos, mas em conjunto com os concelhos limítrofes, que no primeiro trabalho apresentado pelo Ministério da Justiça S. João da Pesqueira não estava contemplado com a sua extinção. Que um dos critérios para a extinção do Tribunal é o número processual. Disse mais uma vez que o Executivo não está parado, mas a trabalhar, assim como a Associação Nacional de Municípios. Que foi enviado a esta Câmara, por esta mesma Associação, assim como a todas as Câmaras que estão na possibilidade de encerramento, uma posição para ser entregue ao senhor Presidente da República, ao senhor Presidente da Assembleia da República ao senhor Primeiro Ministro e aos Presidentes de Grupos Parlamentares que têm assento na Assembleia ao qual anuiu e fez parte do documento que irá ser entregue pessoalmente pela Associação e todos os Presidentes no dia vinte e oito de junho, pelas doze horas, no Terreiro do Paço, cujo documento fez chegar ao senhor Presidente da Assembleia. Sugeriu a união de todos para que todos possam participar nesta manifestação no dia vinte e oito com o transporte oferecido pela Câmara. Pediu para que se inscrevessem para assim ser organizado o transporte. Informou ainda que o mesmo documento estava à disposição para quem o quisesse consultar ou tirar cópia. Relativamente ao trabalho desenvolvido, informou que tiveram duas reuniões em Lisboa, uma com o representante do partido Social Democrata, o Engenheiro Moreira da Silva e que ficou com a percepção de que surtiu algum efeito na medida de que a posição de todos os Presidentes da Câmara presentes era unânime a pretensão do não encerramento dos tribunais. Numa outra reunião, não com a senhora Ministra como foi aqui dito, mas com o seu adjunto e o grupo de trabalho para este efeito, foi-lhes transmitido que este documento do Governo não era um documento final, que era um documento aberto o que deixava algum conforto para se poder trabalhar nele, o que está a ser feito. Há situações que têm que ser trabalhadas a nível interno para se poder fazer um trabalho sério e honesto. Uma das aberturas nessa reunião foi que se deve tentar novamente convencer os concelhos limítrofes a unirem-se à Pesqueira. A Câmara está a fazer

tudo o que está ao seu alcance para o não encerramento de qualquer serviço, mas não tem poder para deliberar se o mesmo vai ou não encerrar. O Executivo sempre lutou para que não se perdessem quaisquer serviços na Pesqueira, nomeadamente o da agricultura e da saúde.

Quanto ao Agrupamento de Escolas, os Mega Agrupamentos, a ideia generalizada é que o agrupamento vai passar para uma determinada terra, mas não é assim, isto é, a administração é que muda, ou seja, a transferência e uniformização dos serviços administrativos. Relativamente à escola do Castanheiro do Sul, referiu que em trinta de março recebeu um email do ministério informando que iam encerrar três escolas, estas com menos de vinte e um alunos, a escola do Castanheiro do Sul com dezasseis alunos, a de Paredes da Beira com dezoito e a de Riodades com nove e que as mesmas passariam para o Agrupamento de Escolas que poderia ser o de S. João da Pesqueira. Informou ainda que foi pedida uma reunião à DREN para tentar esclarecer esta situação juntamente com os Presidentes das Juntas destas freguesias para tentar ver qual seria a melhor solução para as populações e para os seus alunos, a qual foi marcada e desmarcada posteriormente e só hoje, depois de várias tentativas, receberam novamente uma convocatória para uma reunião com a DREN, no Porto, com a Câmara e a senhora Diretora do Agrupamento, amanhã às seis e meia da tarde. Disse ainda que a posição da Câmara é não encerrar, mas nenhuma delas preenche o requisito do número de alunos. No que diz respeito à sua presença numa reunião com outras freguesias, disse que os presidentes interessados o convidaram para lhe apresentarem uma solução a qual passaria por integrar os alunos de Riodades na escola de Paredes, uma vez que Paredes já tinha sido referenciada como um dos quatro polos, nomeadamente Pesqueira, Ervedosa Paredes e Trevões. Os meninos de Riodades iriam para Paredes uma vez que era uma distância bastante curta. No que diz respeito ao Castanheiro, no caso de não ser possível a manutenção, estes também podem escolher entre ficar em Paredes, Trevões ou virem para a Pesqueira, é uma questão de se organizarem e dizerem qual será a sua pretensão.

Relativamente ao processo da viticultura promovido pela CIM Douro, e ao que está a ser feito pelo grupo de trabalho eleito para tratar de assuntos do Douro, este é um processo contínuo onde se apresentam os trabalhos. Esteve presente numa reunião há quinze dias em representação desse grupo de trabalho, na Régua, onde estiveram também o senhor presidente da Câmara da Régua o de Lamego, e algumas pessoas ligadas à Vitivinicultura, entre os quais, do concelho de S. João da Pesqueira, o senhor Engenheiro Sebastião Mesquita. Isto é uma posição assumida pela CIM e pelas quatro câmaras integradas neste processo que são a Câmara da Pesqueira, Régua, Freixo de Espada à Cinta e por arrastamento, uma vez que fazem parte dos órgãos da CIM, a Câmara de Alijó, a de Lamego e a de Moncorvo. O grupo não está parado, mas não tem o poder de decidir. Como foi dito aqui, pelo senhor Monteiro, o IVDP não está privatizado, mas é quem manda.

Quanto à participação nas Marchas de S. João, o Executivo não pode obrigar ninguém a participar. Relativamente aos subsídios que dão durante o ano às associações, estes são dados progressivamente e não todos de uma vez e cada vez que não façam uma atividade e segundo o regulamento, esse subsídio é cortado na percentagem correspondente. Disse também que gostava que tivesse havido uma maior participação por parte das freguesias, mas congratulou-se, pois este ano houve um número de marchas bastante elevado, dezoito no total e sete a concurso. Relativamente à opinião do senhor António Froufe, sobre o fogo de artifício, a mesma fica registada para se ter em conta em futuros eventos, no que diz respeito ao fumo nas tasquinhas pode não ser muito agradável, mas também faz parte da festa.

Quanto à questão do senhor Fernando Pereira sobre o trabalho desenvolvido pelo grupo de trabalho da Reorganização Administrativa, informou que o mesmo está a ser desenvolvido e na altura certa vai ser apresentado para ser discutido. O trabalho foi desenvolvido e está em fase final para ser apresentado, discutido e votado.

O senhor Presidente da Mesa concedeu novamente a palavra ao senhor Vladimiro da Silva que, relativamente à intervenção do senhor Fernando Pereira, reforçou que faz parte de um grupo mandatado por esta Assembleia constituído por quatro pessoas para tratar da Reforma Administrativa, entre os quais o senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, o senhor Silva Fernandes e ele próprio. Este trabalho não foi fácil, assim com em nenhuma região do País, especialmente nos meios rurais. Ninguém prescinde do seu direito de cidadania. O grupo foi às freguesias e esclareceram as populações tentando mostrar tudo o que estava em causa e ouviram os eleitos. Pediram que estivessem presentes os habitantes da freguesia, o que aconteceu nalguns casos, nomeadamente em Valongo, onde estava grande parte da população. A imagem que passou era que iam desaparecer freguesias, o que não era a realidade, mas sim serem agregadas. Havia falta de informação relativamente a este assunto, muito desconhecimento da realidade. Tentaram informar e orientar o melhor possível. O grupo foi eleito não para tratar dos interesses de qualquer Presidente de Junta de freguesia, mas do interesse das freguesias e respetivas populações e é isso que o grupo vai defender.

O senhor António Balça realçou que não via inconveniente nenhum em que os alunos da sua freguesia fossem deslocados para Paredes ou Trevões, se tiverem condições, pois é muito mais perto que S. João da Pesqueira. O importante é que as pessoas estejam informadas, pois estão a culpar a senhora vereadora do encerramento da escola o que não é justo. Quanto ao projeto da CIMDOURO questionou o executivo perguntando se a CIMDOURO se informou com pessoas com capacidade para fazerem um documento adequado para o senhor Secretário de Estado não o deitar para o lixo.

O senhor Eduardo Frederico congratulou-se com a informação apresentada nesta reunião, o que não acontece habitualmente, apesar de pensar não ser ainda

suficiente. Reforçou que se há um documento para entregar em Lisboa no Ministério da Justiça no dia vinte e oito de Junho às doze horas ele estará presente. Relativamente à informação de que houve duas reuniões em Lisboa em conjunto com outros municípios que estão nas mesmas circunstâncias que S. João da Pesqueira e que o executivo veio destas reuniões com alguma esperança, no entanto foi aconselhado a reunir-se com concelhos limítrofes para atingir o número mínimo de processos, que são duzentos e cinquenta e S. João da Pesqueira tem cento e treze. Questionou o executivo sobre qual é a estratégia e com que concelhos se vai juntar. Que gostava de ver resultados. E que convinha saber se a Câmara está disposta a aceitar o apoio desta Assembleia.

O senhor Fernando Pereira realçou a confiança que a Assembleia depositou no grupo de trabalho, mas que é um assunto muito importante e que este documento tem de ser analisado e votado pela Assembleia, solicitou a entrega do mesmo para estarmos informados e conhecedores da realidade concreta para daqui a quinze dias podermos fazer a votação em consciência e convictos de que estamos a prestarmos bom serviço à comunidade e ao concelho.

O senhor Presidente da Câmara Municipal disse que a senhora Vereadora não teve culpa sobre o encerramento das escolas, pois isto não está nas mãos da Câmara. Disse que a senhora Vereadora enviou um mail a dar conhecimento da posição da Câmara a pedir o não encerramento, mas como foi dito não está nas suas mãos a decisão final. Informou ainda que o trabalho da CIM não foi feito pelos Presidentes da Câmara, mas por técnicos credenciados, um deles o Engenheiro Mesquita Montes que conhece a região melhor que ninguém. Respondendo ao senhor Eduardo Frederico, quanto à estratégia para o não encerramento do Tribunal, disse ser que a estratégia é a de manter o Tribunal aberto, e que entregaram uma proposta que o Ministério ficou de analisar que passaria pela junção aos concelhos limítrofes, Tabuação e Penedono, pois são critérios que às vezes podem ser readaptados, e deixaram algumas sugestões.

Respondendo ao senhor Fernando Pereira relativamente ao grupo de trabalho, disse que vai ser marcada uma última reunião para ser analisado o trabalho desenvolvido e posteriormente será a proposta apresentada.

Respondendo ao senhor Fernando Pereira, o senhor Presidente da Assembleia disse que foi precisamente porque o assunto da reorganização é tão importante que se decidiu fazer uma reunião extraordinária para se debater o mesmo.

Período da Ordem do Dia

Finalizado o período de antes da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período da ordem do dia com a leitura dos assuntos a tratar, assim:

PONTO 1 - Apreciação da Atividade Municipal.

Procedeu-se à leitura da informação remetida pelo senhor Presidente da Câmara Municipal.

Abertas as inscrições, começou por intervir o senhor António Balça referindo a dificuldade em contratar e mesmo pagar o pessoal para serviço sazonal da limpeza na parte urbana da freguesia, solicitando ajuda da Câmara, pois até os Sapadores poderiam disponibilizar-se para este efeito porquanto os caminhos rurais poderão esperar mais uns dias.

Relativamente a este assunto, o senhor Presidente da Câmara disse que o Executivo está sempre disponível para ajudar no que se refere às freguesias, no entanto, em primeiro lugar estão os caminhos agrícolas que podem provocar outras situações como incêndios. Mas acrescentou que se poderá em conjunto com as freguesias, caso a caso, arranjar soluções para resolver estas situações, que os Sapadores são poucos e não conseguem fazer tudo e que agora é ainda mais difícil porque têm também que prestar outro género de trabalhos.

PONTO 2 - Análise, discussão e votação do Regulamento Municipal de Uso do Fogo;

O senhor Presidente da Câmara informou que o Regulamento está de acordo com a lei e que está disponível para qualquer esclarecimento.

Abertas as inscrições, começou por intervir o senhor Eduardo Frederico que se referiu ao artigo terceiro quanto à Delegação de Competências, perguntando se foram essas competências que estão delegadas no município atribuídas a alguém, se foram delegadas ou subdelegadas em algum dos senhores Vereadores. No artigo trigésimo sétimo, em que a Câmara Municipal pode proceder a alterações ao Regulamento, questionou o Executivo se, no caso disto acontecer, estas alterações irão ser ou não submetidas à aprovação da Assembleia.

O senhor Presidente da Câmara informou que a delegação dessas competências só será feita após a aprovação, sendo delegadas no Vereador que esteja ligado a esse assunto. Relativamente ao artigo trigésimo sétimo, sempre que haja qualquer alteração no Regulamento terá que ir a aprovação da Assembleia.

Posto o documento de Proposta de Regulamento à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade com vinte e sete votos favoráveis.

PONTO 3 - Análise, discussão e votação da Redução de Taxas – Licença de Ocupação e Utilização nas Feiras;

O senhor Presidente da Câmara informou que relativamente às taxas da utilização de feiras, e depois de terem ouvido os feirantes, chegaram à conclusão que este era dos concelhos com taxas mais elevadas e para não haver uma diferença de preços tão acentuada e atendendo também às dificuldades económicas atuais resolveram propôr a redução da mesmas.

Abertas as inscrições, começou por intervir o senhor Joaquim Monteiro que disse concordar com a baixa das taxas, mas questionou o Executivo sobre se também vai baixar as taxas aos comerciantes instalados no concelho.

O senhor Eduardo Frederico questionou o Executivo sobre as implicações que estas medidas têm no orçamento do Município, querendo saber que reflexo vão ter no orçamento.

O senhor Presidente da Câmara Municipal disse que a redução das taxas dos feirantes, no orçamento da Câmara, não é relevante, que seria mais relevante se os feirantes deixassem de estar presentes nas feiras, pois as pessoas cada vez mais vão às feiras. Chegou-se à conclusão de que é preferível não ganhar tanto e dar mais possibilidades às pessoas de terem onde se estabelecer.

Passou-se à votação da Proposta, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade com vinte sete votos favoráveis.

PONTO 4 - Análise, discussão e votação da Proposta de Votação à Associação para o Desenvolvimento da Rede das Aldeias Vinhateiras – Douro e aprovação dos Estatutos.

O senhor Presidente da Câmara informou que este é um projeto de estatutos da Associação, uma vez que o concelho da Pesqueira tem uma aldeia vinhateira integrada neste roteiro que é Trevões.

Abertas as inscrições, começou por intervir o senhor Joaquim Monteiro que disse ser um defensor das aldeias Vinhateiras. Sempre lutou para que as aldeias vinhateiras fossem as verdadeiras aldeias vinhateiras, que defendeu que se devia lutar para que tivessem duas aldeias históricas, nomeadamente as aldeias de Trevões e Paredes da Beira. No entanto, agora comenta-se que Trevões vendeu quase todas as licenças de plantação, se isto é verdade é de lamentar. Porque Vale de Vila, S. Xisto, Sarzedinho, Casais, Vilarouco, essas é que são as verdadeiras aldeias vinhateiras, mas houve influências mais fortes e poderosas. Se este Executivo quisesse reparar a injustiça que foi praticada na altura deveria rever este processo e abrir novas candidaturas a verdadeiras Aldeias Vinhateiras. Disse que se devia lutar para que Trevões e Paredes fossem Aldeias Históricas, pois que têm realmente história, mas não são vinhateiras.

O senhor António Bastos referiu que esta Associação foi criada porque o Turismo do Douro ia acabar e se acaba uma instituição que está a liderar o projeto das Aldeias Vinhateiras alguém tem que assumir a responsabilidade de mantê-lo. Quanto à opinião do senhor Joaquim Monteiro considerou que não se pode olhar para este projeto só porque se tem vinha, mas também pelo Património. Referiu Salzedas e Ucanha que não possuem muita vinha e também estão nas Aldeias Vinhateiras.

O senhor Eduardo Frederico questionou o Executivo sobre se se pode ou não acrescentar mais algumas Aldeias Vinhateiras, pois pensa que não devia ser a única a estar representada numa Associação destas, se é possível juntar outros sócios

fundadores na Associação. Questionou ainda sobre o valor da jóia a pagar e se esta despesa foi prevista ou não no orçamento da Câmara.

O senhor Presidente da Câmara disse que relativamente às novas candidaturas das Aldeia Vinhateiras, elas foram referenciadas, na altura, e foram avaliadas, que não sabia quais os critérios adotados. Em relação à constituição desta Associação, quando foi proposta à Assembleia dizia que tinha a ver com o fim do Turismo no Douro. Quanto à jóia que a Câmara vai suportar ainda não está totalmente definida, mas deve rondar os quinhentos euros anuais, mas só vai ser analisada no próximo orçamento.

O senhor Joaquim Monteiro disse ter a noção que a sua freguesia não tem Património, mas é a segunda maior freguesia do concelho e a que mais licenças de plantação comprou a Trevões. Era importante para o concelho haver duas Aldeias Históricas e haver Aldeias Vinhateiras. Uma Aldeia Vinhateira deve ter vinha e Trevões perdeu a vinha.

Passou-se à votação da Proposta, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade com vinte sete votos favoráveis.

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia solicitou ao Plenário a aprovação em minuta dos pontos 2, 3 e 4, a fim de terem desde logo eficácia externa, o que foi aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, e não tendo chegado à mesa qualquer pedido de intervenção do público, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão pelas dezassete horas e trinta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata, que lida e posta à votação na sessão seguinte, foi aprovada por unanimidade.
